

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017005210015>

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OBSTETRIZES E ENFERMEIROS OBSTETRAS¹

Ricardo José Oliveira Mouta², Jane Márcia Progianti³

¹ Texto extraído da tese - A criação da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO-Nacional) e sua participação no Movimento de Humanização do Parto e Nascimento (1989-2002), apresentada na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2014.

² Doutor em Enfermagem. Professor do Departamento Materno Infantil da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ricardomouta@hotmail.com

³ Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento Materno Infantil da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jmprogi@uol.com.br

RESUMO

Objetivo: descrever o processo de criação da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras - Nacional pelas enfermeiras obstétricas.

Método: estudo qualitativo com abordagem histórico-social. O *corpus* de análise deste estudo foram documentos escritos e depoimentos orais obtidos a partir de entrevistas. Utilizou-se para a análise a triangulação dos dados, sob a luz do referencial teórico de Pierre Bourdieu.

Resultados: o processo de criação da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras - Nacional se deu a partir da aproximação da Enfermeira Obstétrica com a Associação Brasileira de Obstetizes e do reconhecimento internacional da Enfermeira Obstétrica pelas Obstetizes e da transformação da referidas associações.

Conclusão: a Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras - Nacional foi criada em 1992, a partir de uma aliança política entre a parteira/obstetriz e a enfermeira obstétrica, pois reconheceram-se como sujeitos com práticas legítimas.

DESCRIPTORES: Enfermagem obstétrica. História da enfermagem. Saúde da mulher.

PROCESS OF CREATING OF THE BRAZILIAN ASSOCIATION MIDWIVES AND OBSTETRICANS NURSES

ABSTRACT

Objective: to describe the process of creating the *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* - National by obstetricans nurses.

Method: this a qualitative study of social historical approach. The corpus of analysis of this study was to the primary sources that consisted of written documents and oral testimony got from interviews. We used for the analysis triangulation of data, in the light of the theoretical framework of Pierre Bourdieu.

Results: The process of creating the *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* - Nacional started with the approach of the Obstetric Nurse to the *Associação Brasileira de Obstetizes* and the international recognition of the Obstetric Nurse by the the Midwives and the transformation of this association.

Conclusión: *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* was established in 1992, from a political alliance between the midwife/ midwife and obstetric nurse, as were recognized as subjects with legitimate practices.

DESCRIPTORS: Obstetric nursing. History of nursing. Women's health.

EL PROCESO DE CREACIÓN DE LA ASOCIACIÓN BRASILEÑA DE LAS PARTERAS Y ENFERMERAS OBSTETRAS

RESUMEN

Objetivo: describir el proceso de la creación de la *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* - Nacional por enfermeras obstétricas.

Método: Estudio cualitativo de enfoque histórico-social. El corpus de análisis de este estudio estuvo vinculado a fuentes primarias que consistían en documentos escritos y testimonios orales obtenidos a partir de entrevistas. Se utilizó para el análisis de la triangulación de los datos, a la luz del marco teórico de Pierre Bourdieu.

Resultados: El proceso de creación de la *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* Nacional se dio a partir de la aproximación de la enfermera obstétrica con la *Associação Brasileira de Obstetizes* y del reconocimiento internacional de la Enfermería Obstétrica por las obstétricas y por la transformación de la *Associação Brasileira de Obstetizes* en *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* Nacional.

Conclusión: la *Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras* Nacional fue establecida en 1992, a partir de una alianza política entre la partera y la enfermera obstétrica, ya que fueron reconocidas como sujetos con prácticas legítimas.

DESCRIPTORES: Enfermería obstétrica. Historia de la enfermería. Salud de la mujer.

INTRODUÇÃO

O final da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período de forte ebulição política no país, principalmente nos grandes centros urbanos, pois várias manifestações contra a ditadura militar intensificavam-se com a participação dos movimentos sindicais e de mulheres. Nesse contexto, especificamente o movimento feminista, que defendia o protagonismo feminino, propôs uma assistência integral, não mais focada somente na gestação. Nasceu, assim, em 1983, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).¹⁻²

Esse programa tinha uma forte vertente nas ações educativas, pois acreditava-se que os grupos educativos poderiam empoderar as mulheres rumo ao exercício da cidadania.³ Na implementação das ações do PAISM, as enfermeiras foram aliadas, utilizaram de seu mais recente instrumento de trabalho, aprovado pela Lei nº 7498/1986, a consulta de enfermagem no pré-natal e na ginecologia.

Nessa década de 1980, houve também muitas discussões voltadas para atenção ao parto. As críticas internacionais e nacionais giravam em torno do autoritarismo dos médicos, inclusive questionando a cientificidade de suas tecnologias e intervenções utilizadas no parto como rotina. Tanto que, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e os escritórios regionais da Europa e das Américas da Organização Mundial de Saúde (OMS) realizaram três conferências de consenso, enfatizando os direitos da população em relação à assistência pré-natal e à informação sobre as várias tecnologias utilizadas no parto, descrevendo o papel das instituições de saúde em relação ao nascimento e fazendo críticas ao modelo biomédico. Ressaltamos que uma delas, a segunda, em 1985, foi realizada em Fortaleza, Brasil.⁴⁻⁶

As questões relativas à saúde da mulher aconteciam em meio às movimentações políticas do campo da saúde brasileira e segundo direcionamentos internacionais. Nesse sentido, em 1986, aconteceu a VIII Conferência de Saúde, que em seu relatório final propôs a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).⁷ Dois anos mais tarde, em 1988, uma nova Constituição foi promulgada no Brasil e colocou a saúde como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, seguindo as recomendações dessa Conferência.

No âmbito internacional, em 1987, a OMS, juntamente com outras organizações internacionais, uniram seus esforços na busca de soluções para questões relacionadas ao nascimento e ao parto nos países subdesenvolvidos, e lançaram o projeto *Safe Motherhood* (Maternidade Segura), que objetivava uma melhoria na assistência obstétrica e a redução das taxas de mortalidade.⁸⁻⁹

Nesse contexto de redemocratização do país e de luta pelos direitos de cidadania, as enfermeiras obstétricas se organizaram politicamente e criaram, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiras Obstetras (ABENFO-Nacional), no ano de 1992. Esse estudo tem por objetivo descrever o processo de criação da ABENFO-Nacional pelas enfermeiras obstétricas.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem histórico-social. A delimitação temporal inicial foi o ano de 1989, escolhido por ser o início do período de transição da Associação Brasileira de Obstetizes (ABO) para a ABENFO-Nacional. O ano de 1992 foi a delimitação temporal final, marcado pela primeira reunião de criação da ABENFO-Nacional.

As fontes primárias se constituíram de documentos escritos e depoimentos orais. Os documentos escritos foram obtidos em acervos públicos, particulares, em diários oficiais e na rede *internet*. Os documentos escritos utilizados no estudo foram: Folder do III Congresso Nacional de Matronas/VIII Congresso Interamericano de Obstetristes-1989; Estatuto da ABO - 1967; Ata nº 001 do Conselho diretor da ABENFO-1992; o documento redigido pela enfermeira obstétrica Maria Luiza Gonzalez Riesco, intitulado ABENFO - Associação Brasileira de Obstetristes e Enfermeiros obstetras; alguns fragmentos da história, que foram apresentados à disciplina Problemática de Enfermagem do Programa de Doutorado Interunidades das Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo (São Paulo) de 1994.

Em posse dos documentos escritos, os mesmos foram arquivados em pastas. O único critério estabelecido para tal organização foi o ano da fonte documental. As leituras dos documentos tiveram um papel de grande importância nessa fase de organização das fontes. Para cada documento, foi criada uma ficha para explicitar o tipo de documento e, a partir dessa ação, foi criado um quadro com síntese e classificação dos materiais obtidos.

Foram captados, a partir de entrevistas, os depoimentos orais de seis enfermeiras que participaram do processo de criação da ABENFO-Nacional, porém, para este artigo, utilizamos os depoimentos de duas enfermeiras obstétricas: Marilanda Lopes de Lima - Fundadora e Primeira Presidente da ABENFO-Nacional (Entrevista 01) e Maria Luiza Gonzalez Riesco - Primeira Presidente da ABENFO seção São Paulo (Entrevista 02).

Para a coleta dos depoimentos orais, foi utilizada a entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro que enfocou as seguintes temáticas: descrição da sua inserção na enfermagem e na especialidade enfermagem obstétrica e sua inserção na ABENFO-Nacional. Os depoimentos foram obtidos no período de março a junho de 2013.

Constituído o conjunto de dados, utilizamos como método de análise as seguintes etapas:¹⁰⁻¹¹ na ordenação dos dados transcrevemos as entrevistas na íntegra com o objetivo de tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais, o que direcionou o desenvolvimento das operações subsequentes; na classificação dos dados, realizamos leituras das entrevistas transcritas e da análise documental, identificamos as estruturas relevantes dos atores sociais, as ideias centrais transmitidas pelos sujeitos e, a partir daí, organizamos os dados em categorias e, a seguir, realizamos uma triangulação dos dados;

isto é, articulamos os achados nas entrevistas com os documentos escritos, sempre apontando para o pressuposto e os objetivos do estudo, correlacionando com o referencial teórico de Pierre Bourdieu e o contexto histórico da época.

Nesse processo de análise, identificamos três categorias que representam os fenômenos ocorridos no processo de criação da ABENFO-Nacional, que serão descritos a seguir: a aproximação da Enfermeira Obstétrica com a ABO; o reconhecimento das Enfermeiras Obstétricas Brasileiras pelas Obstetristes da Federação Interamericana de Obstetristes (FIO) e a transformação da ABO em Associação Brasileira de Obstetristes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO-Nacional).

Atendendo à Resolução nº 196/96 do Ministério da Saúde, que trata das normas sobre pesquisa envolvendo seres humanos, foi solicitada à direção ABENFO-Nacional permissão para a realização da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/SR2 aprovou a realização da pesquisa, conforme a Declaração nº 05/2012. Assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), todas as depoentes autorizaram a participação no estudo, bem como a divulgação de seus nomes; além disso, a divulgação dos nomes das instituições citadas foi autorizada pela presidência da ABENFO-Nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aproximação da Enfermeira Obstétrica com a Associação Brasileira de Obstetristes

Foi na década de 1970, nas lutas pela democratização do país e pelos direitos dos trabalhadores e das mulheres, que Maria de Lourdes Garcia de Andrade, presidente do Sindicato das Parteiras do Rio de Janeiro, conheceu a professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Therezinha Nóbrega da Silva, que, por sua vez, aproximou essa presidente de uma enfermeira obstétrica, também professora da Faculdade de Enfermagem da UERJ, Marilanda Lopes de Lima.

Dessas aproximações de agentes, nos anos de 1980, surgiu a possibilidade de agregar as enfermeiras obstétricas ao Sindicato das Parteiras do Rio de Janeiro, que se encontrava em decadência devido ao término da formação dessas profissionais no Brasil, desde o início da década de 1970.

Diante dessa situação, a fala a seguir mostra que as intenções da liderança do Sindicato das Parteiras com a filiação de enfermeiras obstétricas era

que essas especialistas se constituíssem herdeiras do patrimônio dessa entidade: *vocês ficam com a sala do sindicato, pois essa sala nos pertence, e a gente tem que passar isso, vocês precisam herdar da gente esse imóvel, telefone, uma sala no centro da cidade do Rio de Janeiro [...]* (Entrevista 01).

No entanto, essa entrada das enfermeiras obstétricas também movimentou o Sindicato, com a promoção de eventos. Dentre eles, ressaltamos o I Encontro/Seminário Estadual de Enfermeiros Obstetras, realizado em 1988, que foi apoiado por professores e estudantes de enfermagem obstétrica da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ENF/UERJ). Nesse encontro, discutiu-se a participação das enfermeiras obstétricas no mercado de trabalho e a falta de autonomia dessas profissionais, o que mais incomodava as organizadoras do evento.

montamos e fizemos o 1º Seminário de Enfermagem Obstétrica do Rio de Janeiro. Pois nós queríamos conhecer como é que as enfermeiras estavam inseridas no mercado de trabalho, qual era o nível de satisfação dessas enfermeiras, o que estava acontecendo [...] eu vinha de uma formação de São Paulo em que a enfermeira tinha autonomia, a enfermeira assistia aos partos de baixo risco inclusive institucionais; domiciliares [...] Em São Paulo, muitas maternidades particulares admitiam as obstetras e enfermeiras obstétricas nos plantões. Inclusive não tinham médicos [obstetras], tinha um cirurgião geral, um anestesista, um pediatra ao alcance, mas quem comandava toda maternidade e os plantões era a enfermeira/obstetrix. Então, eu vim de São Paulo com essa realidade e aqui no Rio de Janeiro [...] não podia fazer isso e não podia fazer aquilo. Isso sempre me incomodou muito [...] (Entrevista 01).

Foi nesse campo sindical que Maria de Lourdes Garcia de Andrade apresentou a ABO para Marilanda Lopes de Lima, na qual ela era uma das sócias fundadoras. Tal como o Sindicato das Parteiras, a ABO, que era presidida pela Obstetrix Zilda Nogueira Rodrigues, também se encontrava em decadência.

Maria de Lourdes [Garcia de Andrade] me falou: você precisa conhecer a Zilda Nogueira [Rodrigues]. ela é a presidente da ABO. Porque essa Associação das Obstetrixes não existe mais, então essa Associação tem que ficar com as enfermeiras obstétricas [...] (Entrevista 01).

Várias tentativas de contatos com a presidente da ABO foram feitas sem sucesso. No entanto, a oportunidade mais concreta aconteceu com o III

Congresso Nacional de Matronas / VIII Congresso Interamericano de Obstetrixes, organizado pela Federação Interamericana de Obstetrixes (FIO) e pelo Colégio de Matronas do Chile, que aconteceu entre os dias 22 a 27 de outubro de 1989 na cidade de Santiago.

As agentes Marilanda Lopes de Lima e Maria de Lourdes Garcia de Andrade se inscreveram nesse evento para obter informações se a Federação Interamericana de Obstetrixes (FIO) poderia colaborar na incorporação da ABO pela enfermagem obstétrica. No entanto, para se inscrever no referido Congresso, era necessário ser associado à ABO.

Dessa maneira, antes de se inscrever no Evento acima e com o intuito de se associar a ABO, mais uma vez, a agente Marilanda Lopes de Lima foi ao encontro da agente Zilda Nogueira Rodrigues, que guardava toda a documentação da ABO em sua residência, inclusive o estatuto e as fichas de inscrição de novas sócias.

De acordo com esse Estatuto, publicado em 22 de agosto de 1967, alguns itens eram importantes para a adesão de novas sócias, tais como: no Capítulo I (Da Constituição), artigo 2º, diz que esta Instituição é de caráter social, profissional, recreativo, cultural e beneficente, constituída de ilimitado número de sócios maiores de 18 anos que possuíssem o título de Obstetrix, Parteira, diplomada ou de Enfermeira Obstétrica, formadas em Cursos de Faculdades de Medicina, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, credo político ou religioso; e no Capítulo IV (Da Admissão das Sócias), artigo 11, diz que a admissão de sócias seria feita mediante proposta de uma sócia quite apresentada à Diretoria. Antes de julgada pela Diretoria, a proposta deveria receber o parecer de uma Comissão de Sindicância convocada pela Presidente da Associação. As propostas deveriam ser acompanhadas da importância da joia, primeira mensalidade e de duas fotografias tamanho 3x4.*

Nesse sentido, a agente Marilanda Lopes de Lima possuía alguns itens para ingressar na ABO, tais como: a proposta de uma sócia quite com a Associação, que no caso era a agente Maria de Lourdes Garcia de Andrade, e a importância em dinheiro. Porém, a agente Zilda Nogueira Rodrigues exigia de maneira rigorosa que o estatuto fosse cumprido em seu Capítulo I. Desse modo, Marilanda Lopes de Lima não poderia se associar, pois não era Obstetrix ou Enfermeira Obstétrica formada pelas Escolas Médicas.

Tal dificuldade para a inserção da enfermeira obstétrica formada pelas Escolas de Enfermagem na

* Associação Brasileira de Obstetrixes. Estatuto da Associação Brasileira de Obstetrixes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ago. 1967. Seção I. Parte I. p. 8760-2.

ABO pode ser explicada pelas lutas que existiram entre parteiras/obstetizas e enfermeiras nos anos de 1950. Essas lutas eram por ocupação de espaços no campo obstétrico, que se reconfigurava em detrimento do processo de medicalização e hospitalização do parto.

Contudo, diante das condições da ABO na época estudada, a agente Zilda Nogueira Rodrigues e as poucas sócias que estavam na ativa aceitaram Marilanda Lopes de Lima como sócia mediante a apresentação de seus títulos de especialista em Enfermagem Obstétrica e Obstetrícia Social e de Mestre em Enfermagem emitidos pelo Departamento de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina.

Podemos explicar que essa aceitação de uma enfermeira obstétrica pelas obstetizas deu-se também pela “distância respeitosa”, que é característica de quem não está em vantagem no campo, pois quando há uma distinção expressada de maneira visível, como foi no caso, a aceitação acontece por parte daqueles agentes que não possuem disposições e condições para apreensão desses produtos culturais.¹²

O Reconhecimento Internacional da Enfermeira Obstétrica pelas Obstetizas

Devidamente associada à ABO, a agente Marilanda Lopes de Lima solicitou uma autorização para ser representante da Associação no III Congresso Nacional de Matronas / VIII Congresso Interamericano de Obstetizas, o que lhe foi consentido pela agente Zilda Nogueira Rodrigues mediante a emissão de um documento: *ela [Zilda Nogueira Rodrigues] falou: ‘Bom, então, diante disso, vamos fazer uma reunião para aprovar sua ida para o Chile’. Daí ela me deu um documento para autorizar a minha inscrição lá, e eu fui como representante brasileira [ABO] nesse evento (Entrevista 01).*

Assim, a agente Marilanda Lopes de Lima foi para o congresso do Chile em 1989, acompanhada da agente Maria de Lourdes Garcia de Andrade e da própria presidente da ABO. O tema desse Congresso foi “A Matrona (Obstetiz) na América Latina – Evolução e Tendências Prospectivas”, e tinha como propósito contribuir com o intercâmbio profissional da matrona na América Latina em benefício da saúde integral da mulher e do recém-nascido; além disso, tinham várias reuniões e uma assembleia do Conselho diretor FIO como atividades.

A presidente e a representante da ABO no Congresso participaram da reunião do Conselho diretor da FIO, onde foram traçadas as metas a serem alcançadas pela Federação e divulgadas para os países membros. Nessa reunião, a agente Marilanda Lopes de Lima, foi reconhecida internacionalmente

pelas obstetizas como representante e reprodutora das metas da Federação no Brasil.

Quando me apresentei como enfermeira obstétrica para os outros componentes, a presidenta da Federação [Sabina Pineda Rojas] disse: como enfermeira obstétrica? Não temos essa categoria aqui. Aí eu disse para a presidenta que no Brasil não se formava mais obstetizas já há muito tempo. São as enfermeiras obstetizas que estão assumindo a assistência materno infantil no Brasil e ela então me acolheu na reunião e disse que, como representante do Brasil, já que não havia mais obstetizas, caberia a mim reproduzir no Brasil as metas e as propostas tiradas da Federação Interamericana de Obstetrícia (Entrevista 01).

O reconhecimento da enfermeira obstétrica por uma Entidade Internacional de Obstetiz contribuiu para que a agente Marilanda Lopes de Lima se tornasse uma porta-voz autorizada das enfermeiras obstétricas brasileiras e obstetizas da época, pois aumentou seu poder simbólico no campo. No entanto, essa agente deveria fazer ver e fazer crer os ideários da FIO no Brasil.

Importante salientar que o poder simbólico é o poder invisível, sempre dissimulado, que constrói a realidade fazendo com que os agentes se subordinem a ele. Só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Este poder variará de acordo com a posição ocupada no campo. É um poder não visualizado pelos agentes sociais, porém exercido com a comunhão desses agentes sociais (dominantes) que exercem, com aqueles sujeitos que não querem saber de exercer (dominados). Ele surge como todo poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, logo, quanto mais capital possui esse agente social, mais poder ele tem.¹³⁻¹⁴

Assim, a partir desse reconhecimento, houve o compromisso dessa agente de constituir um grupo de enfermeiras obstétricas brasileiras, com a missão de contribuir com a assistência de enfermagem obstétrica, seguindo os programas governamentais preconizados pelo Ministério da Saúde e pela OPAS, sendo o principal deles a redução da mortalidade materna.

A transformação da ABO em ABENFONACIONAL

A primeira reunião coletiva para a constituição do grupo de enfermeiras obstétricas brasileiras, acordado com as obstetizas da FIO após o Congresso do Chile, foi realizada somente em 19 de junho de 1992, na Maternidade Oswaldo Nazareth, também conhecida como Maternidade da Praça XV, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, foi apresentado o slogan “Chegou a

Hora de Juntar as Peças”, que fazia uma alusão sobre a união de obstetrizes e enfermeiras para a criação de uma nova associação de enfermeiras obstétricas.

Após essa reunião, no mesmo mês de junho de 1992, houve na cidade de São Paulo o I Encontro de Enfermeiras Obstétricas, organizado pela ABEn/SP, juntamente com o Departamento de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina. Nesse evento, a agente Marilanda Lopes de Lima aproveitou que estava em um importante campo acadêmico de formação de enfermeiras obstétricas para divulgar a criação de uma associação própria das enfermeiras obstétricas, a partir da ABO.

Em 1992, nós tivemos aqui em São Paulo um Encontro de Enfermeiras Obstétricas, organizado pela ABEn de São Paulo em conjunto com o Departamento de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina. E nesse encontro nacional, organizado em 1992, nós tivemos a Marilanda [Lopes de Lima], que veio do Rio para participar e divulgou a notícia. Ela fez uma divulgação durante esse encontro nacional, inclusive com o cartaz ‘Vamos Juntar essas Peças’. Anunciou que houve uma reunião lá no Rio tentando organizar então uma Associação própria (Entrevista 02).

Deste modo, uma nova reunião foi marcada para o dia 06 de agosto de 1992, novamente na Maternidade Praça XV/RJ, com o objetivo de discutir a criação da nova associação. Essa segunda reunião contou com a presença de duas professoras da Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Gonzalez Riesco e Isabel Cristina Bonadio.

Fomos para essa reunião, Isabel [Cristina Bonadio] e eu [Maria Luiza Gonzalez Riesco], porque a proposta era criar, retomar a ABO, que praticamente não funcionava há muitos anos, e tinha lá uma presidente, a mesma Zilda [Nogueira Rodrigues] que tinha ido para o congresso lá do Chile, mas não associava mais ninguém, porque não se formava mais obstetrizes no Brasil [...] Eu acho que as únicas que não eram do Rio era Isabel [Cristina Bonadio] e eu [Maria Luiza Gonzalez Riesco]. A presidente da ABO [Zilda Nogueira Rodrigues] não estava presente nessa reunião. Mas, foi importante, acho que se retomou a ideia daquela reunião que a Marilanda [Lopes de Lima] já tinha convocado lá no Rio em junho, de realmente não deixar morrer, não deixar se extinguir a ABO, mas transformar a ABO numa Associação, também de enfermeiras obstétricas. A antiga ABO [...], que eu me lembre, só aceitava obstetrizes, mas nós tínhamos a intenção, [...] que a ABO se abrisse pra receber no seu quadro as novas as sucessoras das obstetrizes, nós enfermeiras obstétricas (Entrevista 02).

Nesse sentido, o convite a essas professoras pode ser interpretado como uma estratégia de cons-

truir alianças com as enfermeiras obstétricas paulistas, que tinham uma forte tradição na formação dessas especialistas e poderiam ajudar na criação e consolidação da nova Associação.

Tanto a Escola de Enfermagem da USP como a Escola Paulista de Medicina tinham uma tradição e têm, de sempre formar enfermeiras obstétricas. Desde muito tempo, acho que a Escola Paulista de Enfermagem, desde a sua criação, formou as enfermeiras obstétricas e ainda forma. Aqui na escola [USP] também foi formando as enfermeiras obstétricas principalmente na década de 1960, e depois quando incorporou o Curso de Graduação em Obstetrícia, e desse curso vieram as docentes. Então a gente tinha uma tradição muito forte como na área de enfermagem obstétrica [...] (Entrevista 02).

Cabe ressaltar que essa estratégia foi eficiente, tanto que a primeira seccional da ABENFO-Nacional foi criada em São Paulo, no ano de 1993. Também o I Congresso Brasileiro de Enfermagem Obstétrica e Neonatal (I COBEON) foi realizado na cidade de São Paulo em 1994, evidenciando assim o forte apoio das enfermeiras de São Paulo, em detrimento das enfermeiras do Rio de Janeiro.

Após a segunda reunião, ficou estabelecido que se criaria uma associação de enfermeiras que contemplaria também as obstetrizes, que, na época, não possuía mais uma formação acadêmica no Brasil, e por isso mesmo estavam em extinção.

E nessa reunião chegamos à conclusão que o ideal era ter uma associação de enfermeiras obstetras e não resgatar a ABO. Só que o grupo pensou, à época, que nós iríamos perder uma parte da história, a gente não poderia deixar para lá a ABO. E pensar na possibilidade em resgatar a Federação Interamericana de Obstetrizes poderia ser um ganho ou não, esse assunto nem foi adiante, ele foi cogitado e não mais alvo de discussão mais efetiva do grupo. Então o grupo chegou à conclusão que o ideal era abriremos uma sociedade de especialistas em Enfermagem Obstétrica, e tentamos várias opções de nome até chegar o nome ABENFO. E ficou decidido nessa reunião que nós íamos contemplar as Obstetrizes e não elas iriam nos contemplar, nós contemplaríamos a história das Obstetrizes e manteríamos o nome das Obstetrizes no nome da ABENFO. E então criamos a Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras (Entrevista 01)

Fica evidente o jogo de forças presente no processo de criação da ABENFO-Nacional. De um lado, os defensores da inclusão de enfermeiras obstetras na ABO, isto é, da revitalização da associação já existente; e de outro, a inclusão de obstetrizes em uma nova associação de Enfermeiras Obstetras.

Entendemos que, para conciliar os grupos divergentes, havia que se ter um caminho possível

entre as duas propostas. Esse caminho foi criar uma diretoria provisória para a ABO, presidida por uma enfermeira obstétrica, que em seguida transformaria a ABO em ABENFO-Nacional. Ao mesmo tempo, não teríamos a extinção da ABO e teríamos uma nova associação, que contemplaria também as obstetrizas, que seria a ABENFO-Nacional.

Assim, de acordo com o livro de atas da ABO no dia 01 de setembro de 1992, as enfermeiras foram resgatar todos os documentos da ABO que estavam na casa da agente Zilda Nogueira Rodrigues, designando uma comissão para esse procedimento.**

Após o contato da Comissão com a presidente Zilda Nogueira Rodrigues, houve a publicação no jornal "O Globo", do dia 05 de outubro de 1992, do edital de convocação das sócias para assembleia geral com objetivo de passar os objetos da ABO para o grupo sucessor de enfermeiras obstétricas, que registrou esse patrimônio em cartório.***

No entanto, isso simbolicamente seria um rito ou ritual de passagem, que "é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica".¹⁵

Só quando ela publicou no jornal a reunião como se fosse uma assembleia, para passar todos os objetos para a gente, para passar tudo da ABO. Então, a gente foi em cartório e registramos. Que é esse aqui, Registro (Civil) de Pessoas Jurídicas [...] Ela passa todo o mobiliário que existia dentro da ABO, na sede. Ela passa fotografias, uma bandeira, um livro de atas [...] (Entrevista 01).

Ao registrar no cartório, torna-se público o rito institucional, pois, o rito não pode ser autoadministrado, ele necessita de autoridade superior com legitimidade de transmitir o capital cultural, como uma magia, que nomeia oficialmente e em público o obtido. Os ritos de passagem são considerados ritos de legitimação porque eles conferem sentido ativo de se fazer ver, de instituir o que se quer.¹⁶⁻²⁰

O grupo sucessor, de posse legitimada do patrimônio da ABO, porém, sem nenhuma eleição convocada ou realizada, no dia 15 de outubro de 1992 reuniu-se para a transmissão de cargos à nova diretoria do triênio 1992/1995, que foi composta por quatro enfermeiras e um enfermeiro: Presidente – Marilanda Lopes de Lima; Vice-Presidente – Lucimar Rodrigues Ferreira; Primeiro-Secretário – Flávio

de Almeida Cabral de Melo; Tesoureira – Neide da Costa Reis; e Secretária de Legislação e Cultura – Cassia Quelho Tavares. A nova diretoria utilizou o Sindicato das Parteiras do Rio de Janeiro como sede, tal como orientou a presidente desse sindicato, Maria de Lourdes Garcia de Andrade.

Deste modo, no dia 20 de outubro de 1992 houve a primeira reunião da nova diretoria da ABO, com o objetivo de discutir e operacionalizar a reativação da entidade, criar formas alternativas de captação de sócios, definir as atividades técnicas científicas e sociais. As discussões giraram em torno da mudança do estatuto, que só foi mudado em 1994, com o advento do I COBEON.

No entanto, o nome da associação foi imediatamente mudado para Associação Brasileira de Obstetrizas e Enfermeiras Obstetras, trazendo como nome fantasia ABENFO – Nacional. Em ata consta que o nome das Obstetrizas foi mantido na nova Associação devido ao seu valor histórico e cultural, mesmo estando extinta, naquela época, a formação dessas profissionais no Brasil. A partir deste momento, a agente Marilanda Lopes de Lima tornou-se a presidente fundadora da ABENFO-Nacional.

CONCLUSÃO

Foi num cenário brasileiro de grandes transformações nos campos político, da saúde e da saúde da mulher, que as enfermeiras obstétricas se organizaram e criaram a ABENFO-Nacional. Nesse processo de criação, destacamos a participação do Sindicato das Parteiras do Rio de Janeiro, sob a liderança de Maria de Lourdes Andrade Garcia e da Faculdade de Enfermagem da UERJ, sob a liderança da professora Marilanda Lopes de Lima, agentes fundantes do processo.

A ABENFO-Nacional foi criada em 1992, a partir de uma aliança política entre a parteira/obstetrix e a enfermeira obstétrica, que se reconheceram como sujeitos com práticas legítimas. Esse processo de criação foi apoiado primeiramente pela Escola de Enfermagem da USP, seguido da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tanto que as duas primeiras seccionais a serem criadas foram exatamente, a de São Paulo em 1993, sob a presidência da enfermeira

** Associação Brasileira de Obstetrizas. Ata nº 001 do Conselho Diretor Nacional no dia 20 de outubro de 1992. Texto mimeografado, 1992. Riesco ML. ABENFO – Associação Brasileira de Obstetrixas e Enfermeiras obstetras – alguns fragmentos da história. 1994. Trabalho apresentado à disciplina Problemática de Enfermagem do programa de doutorado interunidades das escolas de enfermagem da USP, São Paulo, 1994.

*** Associação Brasileira de Obstetrixas e Enfermeiras Obstetras. Registro de Transmissão de Cargos da Diretoria da Associação Brasileira de Obstetrixas. Rio de Janeiro 06 de maio de 1993. Texto mimeografado, 1993.

obstétrica Maria Luiza Gonzalez Riesco (USP), e a do Rio de Janeiro em 1994, sob a presidência de Maria Antonieta Rubio Tyrrell (EEAN-UFRJ).

Salientamos que a seccional de São Paulo promoveu o I COBEON em 1994, realizado na Escola de Enfermagem da USP, e a seccional do Rio de Janeiro promoveu o II COBEON em 1999, realizado na UERJ.

Atualmente, a ABENFO-Nacional possui seccionais nos 26 estados brasileiros e vem participando ativamente junto aos órgãos federais no sentido de fortalecer a formação e a prática da enfermeira obstétrica e da obstetritz, com o objetivo de transformar o modelo medicalizado no campo obstétrico, o que está desde o início da década de 1990, de acordo com as reivindicações do movimento de humanização do parto e do nascimento. Por isso mesmo, essa Associação fortalece esse movimento social em âmbito nacional.

Por fim, e diante aos últimos acontecimentos deflagrados no Japão, onde o governo acaba de recomendar que as universidades fechem os Cursos das Ciências Humanas, visando uma universidade operacional, com o único objetivo de girar a roda do sistema produtivo, incentivamos, na contramão desse processo, que as(os) enfermeiras(os), cada vez mais, preservem sua memória, pois sem isso não haverá história. Nesse sentido, basta dizer que as interpretações da história da enfermagem, além de dar visibilidade aos não dominantes do campo da saúde, ajudam a compreensão do presente e consequentemente, nos orienta para as tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases de ação programática. Brasília (DF): Centro de Documentação do Ministério da Saúde; 1984.
2. Silva LR, Christoffel MM, Souza KV. História, conquistas e perspectivas no cuidado à mulher e à criança. *Texto Contexto Enferm.* 2005 Out-Dez; 14(4):585-93.
3. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília (DF): Centro de Documentação do MS; 2005
4. Organização das Nações Unidas. Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women” in “Report of the World Conference to review and appraise the achievement of the United Nations Decade for Women: equality, development and peace” (A/CONF.116/28/ Rev.1); “Estratégias para o futuro: o progresso das mulheres até o ano 2000”. (versão resumida). Lisboa (PT): Comissão da Condição Feminina; 1985.
5. World Health Organization. Appropriate technology for birth. *Lancet.* 1985 Aug 24; 2(8452):436-7.
6. Mouta, RJO, Progianti JM. Estratégias de luta das enfermeiras da Maternidade Leila Diniz para implantação de um modelo humanizado de assistência ao parto. *Texto Contexto Enferm.* 2009 Out-Nov; 18(4):731-40.
7. Ministério da Saúde (BR). Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher. Brasília (DF): Centro de Documentação do Ministério da Saúde; 1987.
8. Organização Mundial de Saúde. Promovendo a maternidade segura através dos direitos humanos. Rio de Janeiro (RJ):Cepia; 2003.
9. Reis LGC; Pepe VLE; Caetano R. Maternidade Segura no Brasil: o longo percurso para a efetivação de um direito. *Physis Reve Saúde Coletiva.* 2011; 21(3):1139-59.
10. Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2004.
11. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo (SP): HUCITEC; 2006.
12. Bourdieu P. Sociologia. In: Ortiz R, organizador. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo (SP): Ática, 1983. p. 82-121.
13. Bourdieu P. O poder simbólico. 9ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil; 2006.
14. Pinto L. Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social. Rio de Janeiro (RJ): FGV; 2000.
15. Segalen M. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro (RJ): FGV; 2002. p.31.
16. Bourdieu P. Razões e práticas: sobre a teoria da ação. Campinas (SP): Papirus; 1997.
17. Bourdieu P. A dominação masculina. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil; 1999.
18. Simiele MF, Barizon-Luchesi L, Porto F, Oliveira-Sousa T, Silva-Santiago E, Aguiar S. Rito católico e imagem da Enfermeira (1957). *Aquichan.* 2014; 14(1):109-18.
19. Andina Díaz E. Los cuidados prestados por las matronas em el Bierzo Alto (León): cien años de evolución. *Cultura de los Cuidados.* 2003; VII(13):12-22.
20. Porto F, Neto, M. Enfermeira na Imprensa Ilustrada Brasileira (1890-1925): assinatura imagética. *Patrimônio e Memória.* 2014; 10(1):199-221.

Correspondência: Ricardo José Oliveira Mouta
Rua André Pinto 21 casa 01
21031-790 - Ramos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: ricardomouta@hotmail.com

Recebido: 22 de outubro de 2015
Aprovado: 05 de maio de 2016